



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS  
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

**ATA DA 28ª (VIGÉSIMA OITAVA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.**

Aos 06 (*seis*) dias do mês de novembro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta e cinco*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 28ª (*vigésima oitava*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco José de Oliveira Silva. Presentes à Sessão os Conselheiros Henrique José Leal Jereissati, Maria Elineide Silva e Souza, Leilson Oliveira Cunha, Maria de Lourdes Albuquerque de Andrade, Anneline Magalhães Torres e Jucileide Maria Silva Nogueira. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, foi aprovada a Ata da sessão anterior. Em seguida, foram aprovadas as Resoluções e Despachos referentes aos seguintes processos: 1/4545/17, 1/916/16 – Relator: José Alexandre Goiana de Andrade; 1/3053/18 – Relatora: Jucileide Maria Silva Nogueira; 1/3054/18, 1/2437/13, 1/2553/13, 1/2554/13 – Relator: Leilson Oliveira Cunha; 1/490/17 – Relator: Rafael Pereira de Souza; 1/2640/18, 1/5221/17, 1/6104/17, 1/812/18 – Relator: Wander Araújo de Magalhães Uchôa. Passando à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/2183/2016 – Auto de Infração: 1/201602000. Recorrente: SM INDÚSTRIA DE MINÉRIOS DO BRASIL LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA MARIA ELNEIDE SILVA E SOUZA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado em sessão pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente, para sustentação oral, o representante legal da recorrente, Dr. Schubert de Farias Machado. **Processo de Recurso nº 1/309/2018 – Auto de Infração: 1/201719911. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância e CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO. Recorrido: Ambos. Relatora: CONSELHEIRA JUCILEIDE MARIA SILVA NOGUEIRA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar no seguinte sentido: **1. Quanto a pedido para que se declare a decadência do lançamento, com base no art. 150, § 4º do CTN** – Foi afastado por unanimidade de votos, uma vez que ao caso em questão, se aplica a regra do art. 173, I, do CTN. **2. Quanto ao pedido da parte, para que seja declarada a ilegitimidade passiva dos representantes legais da empresa** – Foi rejeitado por voto unanimidade de votos, considerando que os sócios não fazem parte do polo passivo do auto de infração e que o pedido de exclusão dos sócios deverá ser pleiteado junto à Procuradoria Geral do

Estado, quando da inscrição em Dívida Ativa, se for o caso. **3. No mérito**, por maioria de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao Recurso Ordinário e dar parcial provimento ao Reexame Necessário, para modificar a decisão parcialmente condenatória exarada em 1ª Instância e julgar **procedente** o feito fiscal, aplicando a penalidade específica para o caso, prevista no art. 123, III, “g”, da Lei nº 12.670/96, com a alteração da Lei nº 16.258/2017. Vencidas as Conselheiras Jucileide Maria Silva Nogueira e Anneline Magalhães de Sousa que se pronunciaram pela manutenção da decisão singular, de parcial procedência, aplicando a penalidade prevista no art. 123, VIII, “L” da Lei nº 12.670/96, com a alteração da Lei nº 16.258/2017. **Processo de Recurso nº 1/307/2018 – Auto de Infração: 1/201719928. Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA MARIA DE LOURDES ALBUQUERQUE DE ANDRADE. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Quanto a pedido para que se declare a decadência do lançamento, referente ao período de janeiro a outubro de 2012, com base no art. 150, § 4º, do CTN** – Afastada por unanimidade de votos, uma vez que ao caso em questão, se aplica a regra do art. 173, I, do CTN. **2. Quanto ao pedido da parte, para que seja declarada a ilegitimidade passiva dos representante legais da empresa** – O pedido rejeitado, por voto unanimidade de votos, considerando que os sócios não fazem parte do polo passivo do auto de infração e que o pedido de exclusão dos sócios deverá ser pleiteado junto à Procuradoria Geral do Estado, quando da inscrição em Dívida Ativa, se for o caso. **3. Quanto ao pedido de realização de perícia** – Rejeitado por unanimidade de votos, em face da generalidade, não se observando o disposto no art. 93, §12º, II e III da Lei nº 15.614/2014. **4. Quanto à alegação de caráter confiscatório da multa aplicada** – foi rejeitada por unanimidade de votos, nos termos do art. 48 da Lei nº 15.614/2014, ressalvadas as hipóteses ali previstas. **5. No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. Ausente a este julgamento, por motivo justificado, a Conselheira Maria Elineide Silva e Souza. **Processo de Recurso nº 1/308/2018 – Auto de Infração: 1/201719925. Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA ANNELINE MAGALHÃES TORRES. Decisão:** - Considerando o tempo necessário para análise dos processos anteriormente apreciados nesta sessão em razão da complexidade das matérias em questão, e que o processo em epígrafe demandaria bastante tempo para o relato, discussão e conclusão, e ainda em razão do adiantado da hora, o Sr. Presidente, na forma regimental, **sobrestou** o julgamento, determinando sua inclusão em pauta a ser elaborada. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 09 de novembro do corrente ano, às 8h30min. (*oito horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

**Francisco José de Oliveira Silva**  
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

**Silvana Rodrigues Moreira de Souza**  
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA